

6. A CULTURA MATERIAL EM FOTOGRAFIAS: memória e história da Educação Profissional (1909-1985) ⁹⁸

Olívia Morais de Medeiros Neta
Ísis de Freitas Campos
Francisca Leidiana de Souza

Introdução

A tese de doutorado “A cultura material da educação profissional, a memória e a história de sua transformação: o acervo de fotografias da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (1909-1985)”, de autoria de Rosângela Aquino da Rosa, foi defendida na Universidade Federal Fluminense, Niterói, no ano de 2018, e teve como orientadora a professora Maria Ciavatta⁹⁹.

Rosa já tinha experiência com pesquisa utilizando a fotografia como fonte, inclusive tendo trabalhado nessa perspectiva em sua Dissertação de Mestrado, defendida em 2005, além de ter participado da publicação “Um passado vestido de futuro - Fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, livro comemorativo do Centenário da Rede Federal, lançado no ano 2012 (ROSA, 2018; 2021).

O trabalho apresentado na tese tem por base pesquisas iniciadas pela autora no ano de 2001 e desenvolvidas nos anos seguintes como pesquisadora do acervo de memória institucional do Campus Rio de Janeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e dos estudos realizados a partir de 2008 no âmbito da Comissão Nacional do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A tese tem como tema a cultura material expressa na coleção de fotografias da Comemoração do Centenário das escolas da Rede Federal, sendo desenvolvida a partir dos seguintes objetivos:

Aprender como as relações de Trabalho-educação ganham forma e significado nas escolas que preparam para o trabalho, no contexto das relações sociais capitalistas de desenvolvimento das forças produtivas. 2) analisar como as imagens refletem o contexto histórico (nacional/internacional) constituindo-se como registro dos processos conjunturais das mudanças percorridas pela Rede Federal. 3) analisar as fotografias como mediações da cultura material da educação profissional (ROSA, 2018, p. 20).

Nesse sentido, Rosa (2018) propõe reconstruir a história presente nas fotografias, considerando o contexto histórico das relações Trabalho-Educação, aspectos da cultura material da educação profissional e a memória de sua transformação no período 1909 a 1985, que cobre desde o começo da experiência republicana brasileira até o final da Ditadura Militar (1964-1985). Sendo a ênfase nas mudanças sofridas pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir das fotografias como mediações da cultura material deste tipo de ensino.

O trabalho foi desenvolvido tendo em vista a hipótese de que “[...] as escolas assumem a forma necessária ao modelo político-econômico e vão se transformando de acordo com as alterações ocorridas na sociedade” (ROSA, 2018, p. 8). Seu trabalho se assemelha, em alguns

⁹⁸ Este texto é resultado das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto de Pesquisa “Da História da Educação à História do Trabalho-Educação – A fotografia como fonte de pesquisa histórica” (Proc. CNPq n. 312515/2017-0), coordenado por Maria Ciavatta da Universidade Federal Fluminense.

⁹⁹ ROSA, R. A. da. **A cultura material da educação profissional, a memória e a história de sua transformação: o acervo de fotografias da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (1909-1985)**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

aspectos e se diferencia em outros, com relação aos estudos sobre cultura material que tem merecido atenção de muitos pesquisadores de história da educação nas últimas décadas. Mas, em ambas as tendências desses estudos, é possível dizer que eles se filiam em algum sentido, aos estudos originais da arqueologia e da etnoarqueologia: “[...] para os arqueólogos, vem a ser a matéria-prima com que, penosamente, procuram reconstituir a vida de povos extintos. Em um trabalho de campo, os etnoarqueólogos tratam de associar a difusão do artefato a ideias e inovações [...]” (RIBEIRO, 1984, p. 1)¹⁰⁰.

Aproxima-se de outros estudos no sentido da materialidade que tenta captar na cultura de povos, grupos, instituições. Distingue-se de outros estudos na metodologia de interpretação da cultura material a partir das relações sociais presentes na sua totalidade social, isto é, no conjunto das mediações e contradições que constituem determinada cultura ao longo do tempo-espaço da vida humana, o que envolve as relações econômicas, políticas e sociais (cultura, história, trabalho, educação etc.).

Com exceção dos dois primeiros capítulos, que se dedicam às discussões teórico-metodológicas, o texto foi estruturado de modo que cada capítulo correspondesse a um período temporal referente às divisões tradicionalmente estabelecidas para a política nacional: Primeira República ou República Velha (1889-1930), República Nova ou Segunda República (1930-1937), Ditadura do Estado Novo (1937-1945), República Liberal (1946-1964) e a Ditadura Militar (1964-1985)¹⁰¹.

Objetiva-se, desse modo, analisar o uso da fotografia como fonte de pesquisa historiográfica na tese de doutorado intitulada “A cultura material da educação profissional, a memória e a história de sua transformação: o acervo de fotografias da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (1909-1985)”, de autoria de Rosângela Aquino da Rosa (2018).

1. Artes e ofícios da pesquisa: referencial teórico-metodológico

Rosa (2018; 2021) destaca que as ações iniciais de planejamento para as comemorações do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica incluíram a constituição da Comissão Organizadora e que, em 27 de dezembro de 2007, foi assinada uma Portaria constituindo a Comissão Organizadora para coordenar e promover o desenvolvimento das atividades comemorativas do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Considerando que após a publicação da Portaria, constituindo a Comissão Organizadora, foram definidos os representantes de cada instituição, Rosa passou a integrar a Comissão representando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). As atividades se realizaram com as seguintes etapas: 1ª Etapa – Encaminhamento aos respectivos Presidentes do Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET), ao Conselho dos Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais (CONEAF) e ao Conselho dos Diretores das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (CONDETUF), para que fosse feita a solicitação, aos representantes das instituições integrantes de cada conselho, a indicação de um representante.

Rosa (2018) tomou como método o materialismo histórico dialético. Com isso, recorre aos seguintes autores do pensamento crítico de base marxista: “Karl Marx, Friedrich Engels, Antonio Gramsci, Edward Thompson, Raymond Williams, Octavio Ianni, Karel Kosik, incorporando também a contribuição de autores contemporâneos do campo marxista de educação, a exemplo de Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos” (ROSA, 2018, p. 20).

¹⁰⁰ Sobre a cultura material na História da Educação, v. dossiês na Revista Brasileira de História da Educação, SBHE, n. 14, maio/agosto 2007 e na revista Educação e Filosofia, v. 23, n. 46, jul./dez.2009.

¹⁰¹ Os períodos foram definidos a partir da contribuição do Edgar Carone. Para uma maior apreciação, ver as obras referenciadas: Carone (1973); Carone (1974); Carone (1976); Carone (1978); Carone (1982); Carone (1985) e Carone (1989).

Para Rosa (2018, p. 25),

Ao refletir sobre a cultura como produção social da existência, sob o enfoque materialista histórico-dialético, recorreremos à articulação entre singularidade, particularidade e universalidade. Singularidade, no sentido de que a cultura de um tempo é um recorte da realidade que ganha significado tanto na particularidade do momento histórico em que está situada como nas determinações universais do capitalismo global.

Por tal, as categorias de totalidade, contradição e mediação estiveram presentes na análise da autora. Esta destaca que a pesquisa está circunscrita ao campo marxista de educação e, de maneira mais específica, a tese está alinhada à história de trabalho-educação¹⁰².

Os usos das categorias supracitadas foram utilizados pela autora (ROSA, 2018) compreendendo a história como processo e como método, tendo a fotografia como fonte. A autora se amparou no materialismo histórico de Karl Marx, o qual desenvolveu o seu pensamento reflexivo a partir da indissociabilidade dessas categorias. Nesse entendimento, Rosa (2018) compreende a totalidade a partir da conexão dos processos sociais por meio da complexidade das relações que emergem na sociedade, e a autora articula tal categoria à contradição, a qual se dá no próprio movimento dialético em que as relações se articulam.

No que diz respeito à categoria mediação, a autora a compreende como necessária para o processo de análise do seu objeto de pesquisa, por entender que a mediação se faz a partir das conexões do objeto no tempo e no espaço. A autora assim explica: “[...] por serem mediações dos processos sociais da existência humana, o trabalho e a educação são fundamentais no processo de produção e reprodução da vida humana” (ROSA, 2018, p. 28).

Em termos metodológicos, Rosa (2018) enfatiza que a pesquisa tem, na concepção de fotografia como fonte da pesquisa social, o cerne à investigação. Para tal, alinha-se aos estudos de Boris Kossoy (2014; 2016), Anna Maria Mauad (1990; 1996; 2004), Maria Ciavatta (2002; 2009), Armando de Barros (1997) e Philippe Dubois (1992) sobre o tema.

O uso das fontes na pesquisa possibilita ao pesquisador a construção do discurso histórico. Dá-se, nesse sentido, a necessidade de localizá-las no tempo-espaço e tratá-las a partir da sua complexidade (CIAVATTA, 2015). As fontes se configuram como “[...] escritas (documentos históricos, literários ou jornalísticos), orais (entrevistas, depoimentos) ou iconográficas (imagens, fotografias, filmes, documentários)”, conforme explica Ciavatta (2015, p. 49).

Sobre a fotografia como fonte, Rosa (2018) escreve:

A imagem histórico-fotográfica pode revelar o discurso sobre a realidade da escola. O século de história registrado nas imagens impõe o estudo de seu uso na historiografia. Assim como Martelli (2003, p. 19) acreditamos que “a imagem é sempre um monumento, produzido por uma subjetividade que a “veste” de real”, que para ser trabalhada como documento necessita de uma metodologia que a intérprete (ROSA, 2018, p. 37).

Rosa (2018), a partir das pesquisas de Ciavatta (2002; 2009), ressalta as conexões entre o método do materialismo histórico e os estudos com fotografia destacando a fotografia como mediação. Significa que o conhecimento do real, representado na imagem fotográfica, não se esgota na aparência, na visão imediata da imagem, é necessário conhecer as relações ocultas que produzem o objeto representado.

Sendo a cultura material da educação profissional o objeto de investigação, Rosa (2018) traz para o arcabouço teórico do texto a discussão sobre cultura, a partir de autores como Thompson (2013) e Raymond Williams (1992).

¹⁰² Rosa (2018) cita Celso Suckow da Fonseca, Luiz Antonio Cunha, Silvia Maria Manfredi, Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, Luciano Mendes Faria Filho como autores que deram base à discussão sobre história de trabalho-educação.

Para Thompson (2013), não se pode considerar o conceito de cultura desarticulado do contexto histórico e das relações socioeconômicas, o que evidencia seu vínculo com a vida material. Nessa linha, Williams (1992) pontua que as instituições de educação em geral funcionam também como espaço para transmissão eficaz da cultura dominante. Com isso, observar a materialidade da cultura nos espaços educativos a partir das fotografias é um meio para analisar as relações de poder, a produção de sujeitos; de identificar interesses, contradições, ideologias.

2. O acervo de fotografias da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (1909-1985): a fotografia como fonte

As fontes pesquisadas compõem o acervo de memória institucional do Campus Rio de Janeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), e acervo da Comissão Nacional do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa foi realizada nos Campi dos IFs e no banco de imagens da Rede Federal.

A autora contava com um acervo de 700 fotografias, das quais foram selecionadas 42 para estudo. O critério para seleção de quais fotografias deveriam ser estudadas se deu “[...] pela presença do tema cultura material, pela tentativa de contemplar a presença do maior número possível de instituições da Rede Federal e pelas condições de qualidade e boa resolução das imagens” (ROSA, 2018, p. 20). Vale considerar que todas as imagens aparecem dispostas em ordem cronológica ao longo da tese e que contemplam registros das cinco regiões geográficas do país, constando fotografias referentes aos seguintes estados: Paraíba (7), Espírito Santo (5), Bahia (5), Sergipe (5), Minas Gerais (4), Rio de Janeiro (4), Paraná (3), Rio Grande do Norte (3), Pará (2), São Paulo (2), Goiás (1) e Santa Catarina (1).

O primeiro passo para o trabalho com as fotografias nesta tese é a catalogação. Entende-se que “[...] a fotografia [...], como toda a fonte histórica, deve passar pelos trâmites das críticas externa e interna para, depois, ser organizada em séries fotográficas, obedecendo a uma certa cronologia. Tais séries devem ser extensas, capazes de dar conta de um universo significativo de imagens” (MAUAD, 2005, p. 144 apud ROSA, 2018, p. 67). Após isso, inicia-se a análise do material. As análises foram sistematizadas pela autora:

De acordo com a metodologia de classificação escolhida foram definidas as seguintes etapas: 1. Contagem e separação cronológica das fotografias – primeiro critério utilizado para possibilitar o resgate histórico pretendido; 2. Separação (dentro da cronologia) por conteúdo/tema para definir as “entradas” (facilitador de acesso para consulta) das fotografias; 3. Classificação por série (coleção) e subsérie – nessa etapa as séries são identificadas em um mapa, gerando subséries; 4. Definição de um código de localização das fotografias por pasta, álbum ou caixa; Identificação numérica codificada para cada fotografia; 5. Criação de uma ficha de catalogação de imagens para referenciar e situar historicamente cada fotografia (MAUAD, 1996), exposta no (Quadro 2); 6. Definição das categorias de análise; 7. Análise do conteúdo das fotografias (ROSA, 2018, p. 68-69).

Nesse sentido, a autora elaborou fichas que materializaram as etapas para a análise das fotografias. Optou-se por reproduzir os quadros expostos na tese tendo em vista que eles se mostram um dos produtos desse trabalho e sua divulgação pode ser importante para subsidiar outras produções.

O Quadro 1 foi produzido com base no Projeto de Pesquisa “Memória e temporalidades da formação do cidadão produtivo emancipado – Do ensino médio técnico à educação integrada profissional e tecnológica” (CIAVATTA, 2003). Pode-se considerar que os elementos elencados ajudam a construir a crítica externa do documento, a fotografia.

Quadro 6.1 - Ficha de identificação e catalogação do banco de imagens

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO E CATALOGAÇÃO DO BANCO DE IMAGENS
Arquivo: BANCO DE IMAGENS DOS 100 ANOS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Vínculo com a Rede Federal:
Entrada(s):
Tema/Série:
Assunto/subsérie:
Coleção:
Local da foto: (origem da fotografia/coleção)
Autor:
Referência – Código de arquivo: Individual (); Série (); Nº. de fotos () [ano – álbum ou pasta – série – subsérie – número]
Suporte: Impresso () Digital () Preto e Branco () Colorida ()
Identificação: (Foto identificada por)
Texto ou legenda:
Observações quanto ao contexto:

Fonte: Rosa (2018, p. 68).

Em um momento posterior foram elaborados os quadros que ajudam a “[...] decompor a imagem fotográfica em unidades culturais” (ROSA, 2018, p. 69), possibilitando a compreensão das relações entre forma e conteúdo, em concordância com Ana Maria Mauad, viabilizando a crítica interna do documento. Os quadros 6.2 e 6.3 foram elaborados com base em fichas montadas por Mauad (1996), apresentando, como diferença das unidades culturais elaboradas por essa última, a condensação de alguns aspectos e maior especificação em outros, adequando as fichas já existentes à demanda da tese.

Quadro 6.2 - Ficha para inventário dos elementos, da forma e conteúdo das fotografias

FICHA PARA INVENTÁRIO DOS ELEMENTOS, DA FORMA E CONTEÚDO DAS FOTOGRAFIAS
Instituição:
Nº da foto:
Século/Década/Ano:
Local retratado:
Tema retratado:
Sujeito (s) retratado (s):
Objeto (s) retratado (s) (característica de estilo quando possível):
Elementos do contexto:
Características da (s) pessoa (s):
Característica da (s) paisagem (ens):

Fonte: Rosa (2018, p. 69-70).

Quadro 6.3 - Ficha para análise dos elementos formais da imagem

ELEMENTOS FORMAIS DA IMAGEM	
Suporte: Impresso () Digital () Preto e Branco () Colorida ()	
Tamanho da foto – 9x12 () 10x15 () 18x24 () Outro	
Formato da foto e do suporte: Retangular () Quadrado () Redondo () Oval () Outro ()	
Tipo de foto:	
Cor: P/b () colorida () Outro	
Foto posada () Instantânea () Outro	
Objeto central, atributos das pessoas ou dos objetos, elementos do contexto:	
Enquadramento:	
Outras observações quanto às características:	

Fonte: Rosa (2018, p. 70).

A análise das fotografias foi orientada pelas recomendações de Kossoy (2014), isto é, baseando-se “[...] no processo e seu vínculo com o momento histórico (relação espaço-tempo). Considerando ainda, os meios de produção (tecnologia), a imagem (assunto) e o filtro cultural” (ROSA, 2018, p. 71). A partir de Ciavatta (2009), com a perspectiva do Trabalho-educação, a autora voltou-se para categorias gerais e específicas com vistas ao entendimento da fotografia como mediação. Para isto, Rosa (2018) articulou a análise das fotografias a documentos escritos provenientes dos arquivos das instituições e do acervo da Rede Federal.

3. A cultura material da educação profissional

Um dos primeiros pontos que pode ser considerado a partir do estudo das fotografias é a ausência de registro de seus autores. Com base nessa observação, Rosa (2018, p. 72) questiona-se: “Mas então, quem eram os fotógrafos da Rede Federal? Eram servidores? Foram contratados (terceirizados)? Quem registra o que se considera, posteriormente, a história oficial? Existia o fotógrafo oficial?”. Em raros casos a autora encontrou fotos com carimbo do contratado, como o registro: “Cine Foto Walmir, Escola Industrial Federal de Sergipe, Aracaju – Sergipe – 1968” (ROSA, 2018, p. 74). Sobre isso, Rosa (2018) pondera que

A identificação só foi possível porque o suporte original estava preservado. Em muitos casos, verificamos que as fotos físicas (fontes primárias) haviam sido removidas de suas identidades originais para compor uma nova coleção, ou para compor um trabalho de pesquisa. De toda forma, registra-se que a retirada da fotografia de seu contexto original (não ser por motivos de preservação da mesma), pode suprimir elementos importantes para uma análise (ROSA, 2018, p. 74).

As hipóteses levantadas quanto a esse ponto, relacionam-se, a primeira, a uma possível ausência de política destinada ao patrimônio histórico-cultural dos Institutos Federais e, a segunda, à “[...] cultura do silenciamento e/ou apagamento promovido pela história oficial que elege o que é ou não relevante, o que fica ou não nos registros oficiais” (ROSA, 2018, p. 74).

O processo de construção de memória está diretamente relacionado ao de esquecimento, através do processo de seleção, que por sua vez perpassa as relações de poder. Com isso, os silêncios merecem atenção enquanto reveladores dos mecanismos de manipulação da memória pelos grupos dominantes, como bem reflete Le Goff (1992).

Outro ponto é com relação às diferenças e semelhanças quanto à cultura material nas instituições que constam nos registros fotográficos:

Em cada coleção fomos encontrando fragmentos de uma história diversa por seus contrastes regionais, mas com muitas similaridades no que se refere à cultura material da educação profissional e identidade da rede de escolas de aprendizes e artífices, aprendizados e patronatos agrícolas até suas expressões posteriores que vieram a constituir hoje a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (ROSA, 2018, p. 107).

A princípio, a autora se dedicou a imagens que correspondiam ao período denominado Primeira República ou República Velha (1889-1930). Nesse intervalo houve uma importante mudança na estrutura econômica e política brasileira, com ocupação crescente de espaço pela burguesia industrial, em detrimento da elite agrária. Com relação à educação, observou-se uma preocupação com a formação profissional que, em 1906, passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A autora destaca a criação das instituições para formação agrícola, os Aprendizados Agrícolas, destinados aos filhos de agricultores e proprietários de terra, e os Patronatos Agrícolas, destinados aos “menores abandonados” (cumprindo função de regeneração social), e aquelas destinadas à clientela do meio urbano, as Escolas de Aprendizes e Artífices.

A ideologia dos industrialistas se refletia no Decreto de Criação das Escolas de Aprendizes Artífices, as classes dirigentes acreditavam que o ensino profissional resolveria a questão social, ocasionado pelo crescimento da população e das cidades, e ainda funcionaria como um antídoto para a propagação das ideias dos imigrantes estrangeiros, mas especificamente os anarco-sindicalistas (ROSA, 2018, p. 82).

A criação das escolas para as crianças abandonadas se deu como um meio de controle social. A elite brasileira à época, preocupava-se com o processo de modernização das cidades e capitais brasileiras, com isso, na busca por uma imagem atrativa para essas destinações, os aspectos indesejáveis eram excluídos do meio social e levados para espaços que não tivessem o alcance visual da elite brasileira. Dentre estes aspectos, estavam as instituições para menores e órfãos.

Nesse entendimento, inserir as crianças pobres no espaço escolar foi uma forma encontrada para dar ocupação aos jovens e os retirar da vadiagem, ao passo que estes também iriam aprender pequenos ofícios e os executar na fase adulta. A educação foi assim um meio utilizado para interferir, coagir e reprimir os jovens que viviam em situações economicamente menos favorecidas, estando assim totalmente desvinculada com o viés de formação humana e menos ainda preocupada com os perigos da mendicância (OLIVEIRA, 2006)¹⁰³.

¹⁰³ A tendência permanente de redução da educação básica à educação profissional, senão correcional, de crianças e adolescentes pobres, e ao aprendizado precoce no trabalho, no Brasil, é um tema recorrente na pesquisa social e educacional, porque é uma situação contundente na sociedade brasileira até os dias de hoje, não obstante o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei n. 8.069/1990). Entre outros, v. Faria Filho (2001), Oliveira (2003), Müller (2006).

Fotografia 6.1. – “Alunos na secagem de alho, cultura desenvolvida na escola”



Fonte: Autor não identificado. “Alunos na secagem de alho, cultura desenvolvida na escola”. RFEPT – Acervo fotográfico do Instituto Federal da Paraíba - Memorial do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, 1930 (apud ROSA, 2018, p. 109).

As imagens selecionadas pela autora trazem representações das ferramentas de trabalho, elementos simbólicos do progresso, da organização dos espaços de trabalho e educação. Evidencia também as disposições das pessoas que aparecem nas imagens e destaca aspectos como a cor da pele ou o vestuário. No caso da Fotografia 61, a autora destacou o trabalho árduo de menores que é registrado no Patronato.

Outro aspecto observado pela autora é a recorrência dos refeitórios das escolas como ambiente registrado nas fotografias. Para ela, esse é “[...] um indício do assistencialismo que acompanhava a oferta formativa nesse período” (ROSA, 2018, p. 111).

Outrossim, os detalhes nas imagens, mesmo que não estejam em primeiro plano, fugindo do foco da fotografia, forneceram elementos importantes para a compreensão da lógica dessas instituições. Destaque-se os vestígios sobre a vigilância e disciplinamento nas escolas:

Como em muitas coleções, as fotografias que investigamos apresentam indícios do disciplinamento presentes nestas instituições. As imagens que registraram momentos das refeições, dos exercícios físicos, da presença de dormitórios, e outros espaços de convivência, inclusive recreios, sempre mostram a presença de pessoas responsáveis pela manutenção da disciplina, em sua maioria esses elementos aparecem fardados. Os dispositivos de controle cumpriam um importante papel no período (ROSA, 2018, p. 113).

Em um capítulo posterior, Rosa imergiu na chamada República Nova ou Segunda República (1930-1937), quando Getúlio Vargas assumiu a presidência, destituindo as oligarquias. Getúlio dirigia um projeto desenvolvimentista, com forte participação do Estado na economia, a caminho da modernização e industrialização.

A saturação do mercado mundial, portanto, acabou acarretando a queda de nossas exportações de café, ao mesmo tempo em que a crise geral fez cessar a entrada de capitais [...] a economia brasileira reagia de forma dinâmica aos

efeitos da crise: o crescimento do mercado interno e a queda das exportações implicaram a transferência da renda de um para outro setor (ROMANELLI, 1996, p. 47-49 apud ROSA, 2018, p. 124).

Nesse contexto foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública. O ensino profissional passou por uma adequação ao cenário de intensificação do capitalismo industrial que o país experimentava, necessitando de sujeitos preparados para trabalhar atendendo às demandas da economia. No acervo referente a esse período, a autora destaca a presença de fotografias de construções de prédios escolares, refletindo o contexto de expansão do ensino profissional.

Outra presença recorrente foi o registro das aulas de Educação Física. “A educação nas décadas de 1920 e 1930 se alicerçava nas premissas do militarismo e do higienismo. A Educação Física¹⁰⁴ era ministrada através da ginástica sueca, constituindo-se na modelação dos corpos fortes, disciplinados e moralizados para atender aos requisitos do trabalho” (ROSA, 2018, p. 132).

Mais um elemento evidenciado pela observação do conjunto de fotos foi a presença de indumentária específica para o trabalho com as máquinas, como o jaleco e calças compridas, diferente da roupa utilizada para as aulas teóricas em sala de aula, por exemplo. É interessante pontuar que a análise do acervo permitiu a percepção de diferentes tipos de uniformes (ou ausência deles) utilizados nas escolas.

Além disso, “A presença de equipamentos de grande porte mostra as transformações das condições materiais dos espaços destinados à educação profissional e anuncia a diversificação que começa a acontecer na oferta de cursos” (ROSA, 2021, p. 135).

Em um terceiro momento, a autora explora o Estado Novo (1937-1945), período marcado por grande centralização política. Ianni (2009, p. 28 apud ROSA, 2018, p. 137) elenca algumas características desse governo:

[...] aliança das classes urbanas com o setor agrário, os cafeicultores em particular; a industrialização, a presença do Estado na economia, ‘sindicalismo atrelado ao setor estatal’ e controle dos assalariados, fortalecimento do Estado no atendimento às exigências capitalistas.

O ensino profissional passou a constar na Constituição de 1937. Ademais, estabeleceu-se a obrigatoriedade da educação moral e política nos currículos. Ainda com a Lei nº. 378/1937, no artigo 37, transformaram-se as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. Na década de 1940 foram estabelecidas as modificações nesse tipo de ensino pela chamada “Reforma Capanema”, possibilitando uma reorganização da educação e, com o Decreto nº. 4.127/1942, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, de nível correspondente ao secundário, ainda que não houvesse possibilidade de fluxo para este, e com um acesso restrito a áreas específicas do ensino superior.

Para Manfredi (2002, p. 95 apud ROSA, 2018, p. 147), pensando na relação entre o ensino profissional e o secundário, “[...] a política educacional do Estado Novo legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar”.

Na análise das fotografias do período, a autora destaca aquelas que registram as exposições das produções dos alunos das escolas profissionais, as quais possibilitam detectar indícios da relação entre a cultura material e as demandas de produção da economia.

¹⁰⁴ Outros trabalhos contêm fotografias que exaltam a Educação Física, a Ginástica, a exemplo de fotos da Escola Profissional Henrique Lage, em Niterói. Para maiores detalhamentos, indica-se a leitura da pesquisa: CIAVATTA, F. M. **A escola do trabalho: história e imagens.** (Tese de Professor Titular – Trabalho e Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

Um outro ponto que se pode ressaltar é o ufanismo e o nacionalismo percebido na Fotografia 6.2., a autora destaca a imagem de um monumento que além de estar acompanhado da imagem de Vargas, carrega os dizeres “As escolas industriais são celeiro inesgotável da perfeição da raça brasileira’, na segunda placa: ‘Só pelo estudo é que se chega a perfeição” (ROSA, 2018, p. 146).

Fotografia 6.2. – Oficina - “Exposição de trabalhos realizados na Escola Industrial do Rio Grande do Norte”



Fonte: Autor não identificado. Oficina - “Exposição de trabalhos realizados na Escola Industrial do Rio Grande do Norte”. RFEPT – Acervo fotográfico do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, 1942 (apud ROSA, 2018, p. 146).

Já no Estado Novo se desenvolveram acordos que visavam ao relacionamento entre Brasil e Estados Unidos no desenvolvimento da educação profissional. A partir disso, foi estabelecida a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (1946-1962), que começou a desempenhar suas atividades no período denominado República Liberal (1946-1964). Dentro desse contexto, destaque-se o governo de Juscelino Kubitschek, que possibilitou o aumento da presença das multinacionais e uma significativa modernização das indústrias com a entrada de capital internacional.

Como resume Cunha (2014):

Várias medidas atenuaram o caráter profissional do curso básico industrial, que caracterizava as escolas industriais (1º ciclo do ensino médio), reforçando as disciplinas de caráter geral no currículo, em detrimento do tempo dedicado às oficinas. O ginásio industrial (sucessor do curso básico industrial da lei orgânica) acabou por se transformar num momento de sondagem vocacional e iniciação para o trabalho, totalmente desviado de sua antiga finalidade, a formação do jovem para um ofício industrial. Ao mesmo tempo, foram abertas passarelas entre os diversos ramos e ciclos, de modo a reduzir as barreiras para o trânsito dos alunos, até que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) propiciou a equivalência geral entre os certificados dos ramos de cada ciclo (CUNHA, 2014, p. 915 apud ROSA, 2018, p. 151).

A ideia de equivalência entre os ramos de ensino arquitetada com as chamadas Leis de Equivalência¹⁰⁵ pode ser problematizada, tendo em vista, por exemplo, como pontua Machado (1982), que havia considerável diferença entre os conteúdos presentes nas grades curriculares de cada um, o que contribuiu para que essa fosse apenas uma equivalência formal. Para Ciavatta (2009), as equivalências permitiram, progressivamente, o fluxo da formação profissional para a educação geral, secundária e ao ensino superior.

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias e passaram a se chamar Escola Técnicas Federais. Ao analisar o acervo referente a esse período, Rosa (2018) identificou os primeiros registros de figuras femininas nas oficinas, a exemplo da fotografia 6.3, que permite observar também a peculiaridade do uniforme de trabalho, composto por vestidos, particularidade de indumentária para esse gênero. Sobre as fotografias de alunas no ensino profissional, a autora esclarece:

Ao abordar as coleções, chama a atenção as poucas fotografias de mulheres nas escolas de formação para o trabalho, como alunas. Apenas na década de 1950, as fotos retratam as mulheres nos espaços de oficinas, apenas a partir da década de 1970, elas aparecem em laboratórios, o que não significa estarem ausentes desses espaços como veremos adiante, segundo o Decreto-Lei nº. 4.073, de 30/01/1942, mas é um indício dos silêncios e apagamentos promovidos nessa seleção de seus conteúdos (ROSA, 2018, p. 155).

Fotografia 6.3. - “Oficina mecânica, alunas operando máquinas”. Escola Técnica de Salvador



Fonte: Autor não identificado. “Oficina mecânica, alunas operando máquinas”. Escola Técnica de Salvador. RFEPT – Acervo fotográfico do Instituto Federal da Bahia, 1950 (apud ROSA, 2018, p. 156).

A presença feminina nos espaços escolares não era tomada como necessária e relevante, tendo em vista que a figura da mulher, no contexto na sociedade patriarcal, sempre esteve

¹⁰⁵ A equivalência do ensino profissional e técnico ao ensino secundário (ginásio e colégio) só foi obtida por luta social através das Leis de Equivalência (Lei n. 1.076/1950, Lei n. 1.821/1953 e Lei n. 3.552/1959) e, finalmente, pela equivalência plena dada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 4.024/1961, (CIAVATTA, 2009, p. 389-397).

atrelada ao “cuidar”. Nesse entendimento, a justificativa para a pouca presença das mulheres na escola, e assim, o baixo nível de educação feminina, se dava em nome da preservação da moral e do cuidado familiar (MOTA, 2022).

A partir das fotografias foi possível observar o mobiliário, o qual pode fornecer elementos para refletir sobre o seu uso para estabelecer a disciplina em sala de aula. Sobre isso, mencione-se o registro de 1960 “Aula do Curso Técnico de Edificações”, Fotografia 6.4., referente à Escola Técnica Federal do Espírito Santo, na qual as carteiras aparecem “[...] linearmente organizadas, presas por uma ripa de madeira agrupa um conjunto de três ou mais carteiras, dificultando a circulação no ambiente” (ROSA, 2018, p. 171).

A liberdade de expressão que se desenhava nesse período no Brasil, dando espaço às associações e movimentos estudantis, inclusive no ensino profissional, foi interrompida pela Ditadura Militar (1964-1985).

Com o novo modelo político imposto pela Ditadura Civil-Militar, e o país sob “controle”, o setor externo começou a se manifestar. Criou propostas de modernização e se prontificou a assessorar o governo. Nesse contexto se inserem os acordos, convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira, os acordos MEC-USAID (*United States Agency for International Development*), pactuados entre junho de 1964 e janeiro de 1968 (ROSA, 2018, p. 180, grifo do original).

Durante esse período, foi elaborada uma legislação que tornou profissionalizante de forma compulsória o Ensino de Primeiro Grau e o Ensino de Segundo Grau, atuais Ensino Fundamental e Ensino Médio. Estabelecia-se a necessidade de formar técnicos com urgência, o que fez aumentar as matrículas em escolas técnicas. Ainda nesse período, iniciar-se-ia o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Tecnologia e Educação (CEFETs). O contexto foi marcado pelo autoritarismo, pela repressão, pelo tecnicismo e por uma formação que atendesse às demandas do sistema de produção.

A partir da análise dos elementos da fotografia 6.4, a autora percebeu que eles “[...] podem indicar as práticas repetitivas que formariam os alunos para as funções do trabalho de produção em série” (ROSA, 2018, p. 192). Além disso, “A escolha do ângulo e o recorte determinado pelo fotógrafo deram um peso significativo ao aporte tecnológico do ambiente. O espaço físico representado, homogêneo em determinados aspectos, desvela a trajetória de mudanças no espaço das oficinas dessas instituições” (ROSA, 2018, p. 192). Com isso, pode-se considerar a importância das fotografias na compreensão das modificações na organização da aula prática nas escolas profissionais.

A partir do acervo, a autora conseguiu observar também aspectos referentes aos ambientes externos à escola ocupados pelos alunos. Observam-se, por exemplo, fotografias de discentes em cima de caminhonete e de carroças com os produtos agrícolas a serem vendidos, evidenciando aspectos sobre as condições nas quais se efetivava essa atividade. A percepção da iluminação e sombras de uma das fotos sugere que “[...] o horário deve ser de sol alto [...]” (ROSA, 2008, p. 188).

Fotografia 6.4. – “Oficina de mecânica e máquinas”. Escola Técnica Federal do Espírito Santo”



Fonte: Autor não identificado. “Oficina de mecânica e máquinas”. Escola Técnica Federal do Espírito Santo”. RFEPT - Acervo fotográfico do Instituto Federal do Espírito Santo, 1968 (apud ROSA, 2018, p. 190).

Outro ponto que se pode destacar é como as imagens evidenciam a criação e novos cursos. Considere-se, sobre isso, o registro de 1980 referente ao “Laboratório de Informática Industrial”, da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Evidenciam-se as modificações tecnológicas e as novas demandas do mundo do trabalho, que estimulam a organização de novas formas de educar para o trabalho, com uma ambientação e ferramentas adequadas.

Considerações finais

A tese em análise partiu da relação da pesquisadora com o banco de imagens de aproximadamente 700 fotografias, das quais o maior número pertence às Instituições Centenárias que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A análise das fotografias permitiu percepções sobre diversos espaços que compunham o ensino profissional ao longo do tempo: espaços de aulas teóricas, de aulas práticas, de exposição dos produtos, de vendas de produção, de aulas de campo; refeitórios, dormitórios e demais dependências, ferramentas de trabalho, vestuário (com a presença de tipos de uniforme ou não), maquinário, mobiliário, construções, objetos de ornamentação das escolas da Rede Federal de Educação Profissional de 1909 a 1985, destacando as diversas conjunturas socioeconômicas e políticas.

Além da cultura material, a Rosa (2018) pode perceber aspectos como feição dos alunos, estatura e cor da pele de discentes e profissionais, presença da vigilância, posicionamento das pessoas e iluminação, dentre outros aspectos.

Consideramos, assim como Rosa (2021) que o trabalho com a fotografia na tese “A cultura material da educação profissional, a memória e a história de sua transformação: o acervo de fotografias da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (1909-1985)” permitiu

a pesquisa na história da educação profissional a partir de múltiplas formas de conceber a materialidade expressa na cultura escolar. Pois, as fotografias foram abordadas de forma multirreferencial e como mediação histórica, sendo compreendida como unidade cultural de um universo denso de significados, precioso por sua significação histórica e por sua representação da memória e identidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Nestes termos, a análise sobre a cultura material permitiu a compreensão de Rosa (2018) sobre as transformações que expressam movimentos econômico-sociais e políticos da sociedade.